

# Senado: CCJ aprova pacote anticrime

## A prisão em segunda instância também passou pela comissão

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado aprovou, nesta terça (10), em votação simbólica, o parecer do senador Marcos do Val (Cidadania-ES) ao pacote anticrime do ministro da Justiça, Sergio Moro.

Após acordo costurado nos últimos dias pela presidente do colegiado, senadora Simone Tebet (MDB-MS), o texto foi aprovado sem alterações, ou seja, na mesma forma que chegou da Câmara dos Deputados, na semana passada. Agora, a matéria segue para análise do plenário da Casa.

Outra medida importante, aprovada na CCJ, com 22 votos favoráveis e apenas um contrá-

rio, foi projeto de lei do Senado (PLS166/18), que possibilita a prisão após decisão em segunda instância.

A votação foi comemorada por senadores de vários partidos e causou reviravolta na discussão do tema. É que, após reunião com líderes das duas Casas, no último dia 26, o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), chegou a anunciar acordo no qual os senadores desistiriam de tratar do assunto por projeto de lei, para apoiar proposta de emenda à Constituição sobre o mesmo assunto, que está em discussão na Câmara dos Deputados. O suposto acordo foi alvo de mui-



Senadores comemoram a aprovação na CCJ do projeto que altera o CPP para disciplinar a prisão em segunda instância

tas críticas, até que um grupo de 43 dos 81 senadores apresentou um manifesto à presidente da CCJ, pedindo que o tema fosse pautado.

O texto, de autoria do senador Lasier Martins (Podemos-RS), recebeu parecer favorável da relatora, senadora Juíza Selma (Podemos-MT), na forma de substitutivo. A proposta, que altera o Código de Processo Penal (CPP – DL.3.689, de 1941), foi elaborada após articulação entre alguns senadores e o ministro da Justiça, Sergio Moro.

Atualmente, o artigo 283 do CPP determina que que “ninguém poderá ser preso senão em flagrante delito ou

por ordem escrita e fundamentada da autoridade judiciária competente, em decorrência de sentença condenatória transitada em julgado ou, no curso da investigação ou do processo, em virtude de prisão temporária ou prisão preventiva”.

Na versão apresentada e aprovada na CCJ, a prisão poderia ocorrer “em decorrência de condenação criminal por órgão colegiado”.

O projeto também altera a redação de outros trechos do Código de Processo Penal, para permitir que o tribunal determine execução provisória de penas privativas de liberdade sem prejuízo do conhecimen-

to de recursos que venham a ser apresentados. Na prática, isso abre a possibilidade para a prisão após condenação em segunda instância.

Como foi aprovado um substitutivo, o texto ainda precisará passar por mais um turno de votação na Comissão de Constituição e Justiça. A votação já foi pautada como primeiro item da reunião do colegiado desta quarta (11). Como tramita em caráter terminativo, se aprovado na CCJ e não houver recurso para o plenário, a matéria será encaminhada direto para a análise da Câmara dos Deputados. ■

## Governo cria versão digital de diplomas

O Ministério da Educação (MEC) anunciou nesta terça (10) que universidades e instituições de ensino superior terão uma nova modalidade de emissão de diplomas de graduação: o diploma digital. A medida visa reduzir os custos de emissão do certificado e agilizar a empregabilidade de jovens graduados.

O novo formato deve estar disponível para 8,3 milhões de estudantes brasileiros que estão em fase de graduação e que serão beneficiados pela primeira fase de implantação do diploma digital. O projeto-piloto foi realizado na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e conseguiu reduzir o tempo de emissão de um diploma devidamente autenticado e assinado digitalmente pelo ministério para 15 dias - prazo 84% menor que os 90 dias estipulados pela maioria das instituições de ensino superior do Brasil. Por enquanto a nova tecnologia não será aplicada para cursos de pós-graduação, mestrados e doutorados.

A medida deve economizar R\$ 48 milhões ao ano para as instituições que emitem o papel. ■

# MEC qualifica para escolas militares

## Profissionais de educação e representantes de estados e municípios estão reunidos em Brasília

O Ministério da Educação (MEC) dá mais um passo para implementação das escolas cívico-militares, no país. Nesta terça (10) começou a primeira capacitação do programa que contará com 216 escolas até 2023; 54 escolas somente no próximo ano. O modelo foi desenvolvido para promover um salto na qualidade educacional do Brasil.

Ao todo 170 profissionais da educação e representantes de estados e municípios estão reunidos em Brasília. Eles participam de palestras e oficinas sobre o projeto político-pedagógico das escolas, as normas de conduta, avaliação e supervisão



O programa do MEC vai contar com 54 escolas já em 2020

escolar, além da apresentação das regras de funcionamento das escolas e as atribuições de cada profissional.

Segundo o MEC, o treinamento também objetiva abrir espaço para o aprimorar as diretrizes do programa. Ao promover grupos de trabalho, o ministério permitirá que os participantes façam sugestões ao modelo de forma a adequar a implementação das escolas às necessidades de cada local.

O evento é destinado a dois grupos envolvidos no programa: diretores e coordenadores de escolas e pontos focais de secretarias estaduais e municipais de Educação, que trabalharão

como multiplicadores da informação em suas regiões.

Os dois grupos iniciaram as atividades nesta terça-feira. O primeiro grupo tem programação até sexta-feira (13), enquanto o segundo encerra as atividades nesta quarta (11).

O Programa é uma parceria do MEC com o Ministério da Defesa. Cerca de 1 mil militares da reserva das Forças Armadas, policiais e bombeiros militares da ativa vão atuar na gestão educacional das instituições. Em 2020, o MEC destinará R\$ 54 milhões para levar a gestão de excelência cívico-militar para 54 escolas, sendo R\$ 1 milhão por instituição de ensino. ■

## DPVAT: menos de 30% pago era devolvido à sociedade

O Seguro de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres (Dpvt) é ineficiente e não possui amparo na literatura econômica e experiência internacional. A conclusão é de estudo feito pela Secretaria de Política Econômica (SPE) e a Superintendência de Seguros Privados (Susep), que embasou a decisão do governo de extinguir o Dpvt por meio da Medida Provisória nº 904, editada no último dia 11.

Diferentemente de outros países, em que há seguro obrigatório de trânsito, o Dpvt não é direcionado aos que não deram causa ao acidente. Em nota, os órgãos dizem que o seguro destina a maior parte dos pagamentos de indenizações ao próprio motorista (58%), mesmo que ele seja inadimplente e culpado pelo acidente, onerando todos os demais proprietários de veículo automotores, independentemente da faixa de renda.

O estudo conclui que, em média, apenas 30% do valor arrecadado é destinado ao pagamento de indenizações. Os outros 70% são consumidos como tributos indiretos e custeio “de um enorme aparato operacional caro, ineficiente e vulnerável a fraudes”.

Além disso, o atual seguro obrigatório “devolve para a sociedade apenas 15 a 30 centavos de cada R\$ 1 pago pelos cidadãos, sem diferenciar a renda desses cidadãos e, por isso, é ineficiente”.

A avaliação mostra ainda que o mercado de seguros de responsabilidade civil e de acidentes pessoais oferece coberturas adequadas para motoristas e proprietários de veículos. “O fim do seguro obrigatório tende a aumentar o mercado de seguros facultativos e a cultura de proteção por parte de motoristas e proprietários”. ■

## Internacional

# Avião militar some no Chile com 38 a bordo

A Força Aérea do Chile anunciou nesta terça (10) ter perdido “o contato via rádio” com um avião militar C130 com 38 pessoas a bordo, que decolou de Punta Arenas, sul do país, para uma base na Antártica.

“Um avião C130 Hércules decolou da cidade de Punta Arenas para a base da Antártica Eduardo Frei Montalva”, de acordo com um comunicado. O contato via rádio foi interrompido.

Ao todo, “38 pessoas, incluindo 17 tripulantes e 21 passageiros” estavam a bordo.

A Marinha chilena lançou uma operação de busca e resgate, tendo despachado aviões e navios para a região. O avião, que decolou da base aérea de Chabunco, em Punta Arenas, a mais de três mil quilômetros ao sul de Santiago do Chile, tinha como missão prestar apoio logístico à base na Antártica.

O presidente do Chile, Sebastián Piñera, e os ministros do Interior e da Defesa, Gonzalo Blumel e Alberto Espina, foram para o posto de comando da base aérea de Cerrillos, na capital chilena, para monitorar os trabalhos.

*Avião Hércules tinha como missão prestar apoio logístico à base na Antártica*

“Consternados com o desaparecimento do avião Hércules da Força Aérea chilena, que viajava com 38 passageiros rumo à Antártida a partir de Punta Arenas (...) vamos monitorizar as operações de busca e o envio de equipes de resgate”, escreveu Piñera na conta oficial da rede social Twitter.

O presidente brasileiro, Jair Bolsonaro, entrou em contato com Piñera e colocou à disposição do governo chileno aviões da Força Aérea Brasileira (FAB) para a ajudar na operação. De acordo com o Ministério da Defesa, as aeronaves colocadas à disposição são o SC-105 e P3, dotadas de sensores infravermelhos e equipadas com recursos de varredura eletrônica, dentre outras tecnologias. ■

# Alberto Fernández assume o governo na Argentina

## Em seu discurso, o novo presidente defendeu diálogo e democracia

Mauricio Macri passou o bastão de comando e a faixa presidencial para o novo mandatário argentino, Alberto Fernández nesta terça. O novo presidente fez um discurso diante do Parlamento e afirmou que quer ser o presidente que escuta, o presidente do diálogo. Alberto Fernández acrescentou que os problemas da democracia só se resolvem com mais democracia.

Fernández tem como vice a ex-presidente e ex-senadora Cristina Kirchner. Eles venceram as últimas eleições, em primeiro turno, com 48% dos votos, enquanto Macri obteve, em segundo lugar, 40%.

O novo presidente herda um país com problemas como o da dívida de 44 bilhões de dólares com o Fundo Monetário Internacional (FMI). Há uma parcela de 11 bilhões da operação ainda a ser paga, mas Fernández anunciou que não pretende recorrer a este empréstimo. Outro desafio do país é a inflação de quase 55% registrada este ano e o cenário



Alberto Fernández tem como vice a ex-presidente Cristina Kirchner

socioeconômico de 40% da população na pobreza. No comando do país, Fernández ainda enfrentará debates e temas impopulares, como o da legalização do aborto.

**Solenidades** – As solenidades começaram de manhã e seguiram até o final da tarde. Após o discurso de Fernández no Congresso, parlamentares cantaram a Marcha Peronista e gritaram “Alberto presidente!”. ■

À tarde, às 15hs, o mandatário recebeu os cumprimentos dos chefes de Estado e de Governo que compareceram à cerimônia de posse. O vice-presidente do Brasil, Hamilton Mourão, representou o país.

As cinco da tarde foram prestados juramentos dos ministros de Governo. Às sete da noite, Alberto Fernández e Cristina Kirchner cumprimentaram a população na Praça de Maio. ■